



Jornal do SINPOL

Filiado à
NCST
NOVA CENTRAL SINDICAL
DE TRABALHADORES
ANO XII - Nº 22
Agosto/Setembro
2007

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO EST. DO RIO DE JANEIRO
Sede provisória: Rua da Glória, n.º 24 - Glória - Rio - Tel.: 2224-9571

Assembléia decisiva dia 16 de agosto

CATEGORIA APROVA ESTADO DE GREVE

Fotos: Cláudio José

Mais de 300 policiais civis aprovaram indicativo de greve, na assembléia realizada no dia 30 de julho, em frente à chefia de polícia, no Centro. A categoria deu um prazo até dia 15 de agosto, quando ocorrerá mais uma reunião entre o governo, SINPOL e as demais entidades de classe. Nesse encontro a secretaria de Gestão e Planejamento anunciará como pretende reescalonar os vencimentos dos policiais civis. Enquanto isso, o Sindicato e as entidades de classe, com a comissão de negociação formada por Bandeira, Cheila, Francisco Chao, Denilson, Marcos Vinicius, Antônio Júlio, Marinho, Erlon, entre outros, estão mobilizados para a assembléia decisiva do próximo dia 16 de agosto, às 11h, no calçadão do prédio da Polícia Civil.

Para arremessar mais companheiros para a luta, o SINPOL recomeça campanha de sindicalização em massa, disponibilizando um funcionário e um diretor, no atendimento aos agentes que trabalham ou circulam pela Chefia de Polícia Civil. Além dos baixos salários, o tiquete refeição continua atrasado mais de um mês e o seguro de vida praticamente inexistente. Foi substituído por uma autonomia de táxi para a viúva ou filho mais velho - na ausência da mãe, o que não resolve.

Durante a campanha eleitoral do ano passado, na ABI, num encontro com os candidatos promovido pela Adepol, Sérgio Cabral recebeu e passou recibo na pauta de reivindicações entregue pelo SINPOL e demais entidades. Na época, o então candidato pelo PMDB prometeu rever os vencimentos

dos policiais civis.

Em 25 de janeiro deste ano, o chefe de polícia, delegado Gilberto Ribeiro, intermediou uma reunião com o governador eleito que finalmente recebeu o Sindicato e as outras associações de classe - Aiperj, Apperj, Apcerj, Copol e Unicopol - no dia 19 de março, quando foi discutida a pauta de reivindicações.

Os policiais propuseram mudanças no índice de cálculo do escalonamento vertical, visando recuperar a Geat, retirada dos contracheques em 2001, durante o governo Garotinho. A gratificação foi incorporada aos vencimentos dos delegados, PMs e Bombeiros. O governador reconheceu que o policial civil ganha muito pouco e nomeou o secretário de Gestão e Planejamento, Sérgio Ruy, para representar o governo nas negociações.



Bandeira coloca em votação o indicativo de greve



Policiais aprovam indicativo de greve até dia 15

Sem reajuste, policiais cruzaram os braços

Houve apenas três reuniões com o secretário Sérgio Ruy, sendo que duas agendadas, foram suspensas. No encontro do dia 6 de julho, o secretário disse que "o caixa do estado está com fluxo negativo, não podendo reajustar os salários dos policiais no momento". Informou que o governador havia autorizado o estudo de três propostas que foram rejeitadas pelo Sindicato e pelos policiais presentes à reunião. Entre elas, a re-

paralisação da inflação dos últimos 12 meses, em torno de 3,5%. A falta de uma proposta mais coerente com as reivindicações, deflagrou a greve de 48h, nos dias 9 e 10 de julho, poucos dias do início dos Jogos Pan-Americanos. A categoria luta pelo reescalonamento salarial que proporcionaria um reajuste entre 50% e 70%, como forma de recuperar as perdas com a falta do pagamento da Geat.

Paralisação atingiu delegacias e IML

Depois de duas passeatas pelo Centro do Rio e várias manifestações na chefia de polícia e no aeroporto internacional Tom Jobim/Galeão, os policiais civis realizaram uma paralisação de advertência de 48h, dias 9 e 10 de julho. Na assembléia que aprovou a greve, mais de 600 policiais assinaram o livro de presença. Nos dois dias de paralisação, apenas as prisões em flagrante e a guia de remoção de cadáver foram feitas pelos policiais que trabalhavam com coletes, fornecidos pelo SINPOL, com os seguintes dizeres: "Policiais Civis em Greve". Cerca de 90% da Polícia Civil adotou esse procedimento, em todo o estado.

Nesse período, o governador Sérgio Cabral ameaçou cortar o ponto dos grevistas qualificando os policiais de chantagistas e oportunistas devido à realização do Pan. Pego de surpresa, o governo anunciou em nota oficial "que toda e qualquer folga no orçamento do governo do Estado do Rio de Janeiro fosse utilizada

para valorizar a categoria policial". No entanto, na reunião do dia 19 de julho, com o secretário de Planejamento, ficou claro que qualquer aumento só acontecerá a partir de 2008 com o envio da mensagem à Alerj, no mês de agosto. Esse aumento seria parcelado em até 36 vezes, e com redução do fator de cálculo, segundo o secretário Sérgio Ruy.

Durante os dois dias de greve, foram constatadas as precárias condições em que funciona o Instituto Médico Legal do Centro. No dia 9 de julho, técnicos da Vigilância Sanitária municipal fizeram uma visita e verificaram "um quadro de horror". Sugeriram a interdição imediata do local, porém disseram não ter poder de fechar o instituto por se tratar de um órgão estadual. A Vigilância Sanitária encontrou macas com cadáveres em avançado estado de decomposição, geradores e geladeiras desligadas, além de grande quantidade de lixo orgânico espalhado pelos corredores.

Proposta de redução do fator não agrada

No encontro que o Sindicato teve com o secretário de Planejamento, no dia 19, Sérgio Ruy informou que o governo estuda reajustar os índices do escalonamento vertical. O maior índice passaria de 1.250 para 1.550, e o menor, mudaria de 550 para 850. Com isso, haveria a restituição das perdas da Geat. Na pauta entregue ao governador, o Sinpol e as demais entidades de classe, rei-

vindicam a mudança do fator de 0,59228 para 0,87, o que representaria em vencimentos-base, aumento de R\$ 739,50 para R\$ 1.348,50. O estudo prevê o reajuste do índice, mas o fator ficaria inferior ao atual, proposta abaixo da variação entre 30% e 54%, percentuais resultantes da operação matemática dos novos índices com o fator 0,87, desagradando os membros da comissão de negociação.



Reunidos com Sérgio Ruy, policiais não aceitam redução do fator de cálculo

DIA 16 DE AGOSTO, ÀS 11H, ASSEMBLÉIA NA CHEFIA DE POLÍCIA

Nesta edição:

SINPOL
de volta à sede

Página 2

CAMPANHA
de sindicalização

Página 2

MOBILIZAÇÃO
fatos e fotos

Página 3

CONVOCAÇÃO URGENTE
dos investigadores excedentes

Página 4

SINPOL voltará para a sede da Rua da Relação



Sinpol recuperou a fachada do prédio abandonado na Rua da Relação

Nos próximos dias o Sindicato voltará para sua sede na Rua da Relação nº 9, próximo ao prédio da Polícia Civil. O SINPOL funcionou naquele local com o consentimento do patrimônio do Estado entre dezembro de 2004 e setembro de 2005. Era um casarão da Rio Trilhos (antigo metrô), abandonado e destruído, restaurado pelo Sinpol com recursos de mais de 300 mil reais.

Em área construída de 340 metros quadrados, o prédio tem dois pavimentos: no primeiro andar, ficam a recepção, cozinha, banheiros, sala de reunião e estacionamento. No segundo, salão nobre para assembleias de 108 metros quadrados, e escritórios administrativos, além do terraço para a confraternização do quadro social. A fachada centenária que estava desmoronando foi recuperada no padrão original, conforme as normas do Corredor Cultural do Rio.

História do despejo

O SINPOL foi despejado do casarão no dia 8 de setembro de 2005, com a prisão do presidente Fernando Bandeira e ameaça a outros dirigentes, mudando-se para a Rua da Glória nº 24.

Para recuperar o investimento feito na recuperação do imóvel desapropriado e abandonado há quase 20 anos, o Sindicato recorreu ao judiciário, objetivando resolver o problema já que o metrô não mais passaria pelo local. O governo passado autorizou a Rio Trilhos fazer o comodato com o SINPOL desde que desistisse da Ação Judicial. O atual governo resolveu rever todo o processo e só agora está liberando a volta do SINPOL para sua sede.

CALENDÁRIO DO FUNCIONALISMO ESTADUAL

MÊS	ATÉ R\$ 500	ENTRE R\$ 501 e R\$ 950	ACIMA DE R\$ 950
JANEIRO	6	7	10
FEVEREIRO	3	4	10
MARÇO	4	9	10
ABRIL	4	6	8
MAIO	4	6	10
JUNHO	3	6	10
JULHO	4	6	8
AGOSTO	4	5	10
SETEMBRO	5	8	9
OUTUBRO	5	7	10
NOVEMBRO	4	7	10
DEZEMBRO	5	7	9

Jornal do SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua da Glória, nº 24, - Glória - CEP 20241-180
Tel.: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br
Site: www.sinpol.org.br

Diretor: Fernando Bandeira
Editor: Cláudio José - RG. 1863-4
Colaborou: Maria Helena Santos e Lara Regis (estagiária)
Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira
Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ
Tiragem: 10 mil exemplares

Família de Ludmila agradece à Polícia

Fotos: Cláudio José

No dia 28 de maio, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, recebeu Zoraide Vidal e Gláucia Vidal, mãe e irmã da oficial de cartório, Ludmila Maria Fernandes (associada ao Sindicato), e assassinada ano passado em Piabetá, quando se dirigia para casa, em Imbariê. Dos três assassinos envolvidos no crime, dois foram mortos por marginais, enquanto Alexander da Conceição Guimarães, vulgo "Cuquinha" foi preso.

Os familiares de Ludmila e o SINPOL representado pelo Bandeira agradeceram ao secretário a competência das equipes da Delegacia de Homicídios na elucidação do caso. Também entregaram carta pedindo que conste na ficha funcional de cada policial o empenho com que atuaram. Ludmila tinha 24 anos.

Segundo Zoraide Vidal, o pontapé inicial foi dado pelo Sinpol, que no primeiro momento exigiu do então chefe de polícia, Ricardo Hallak, uma apuração rigorosa do assassinato de Ludmila. O SINPOL também cobrou o esclarecimento do assassinato do policial Thiago Pinheiro (26), no dia 22 de dezembro. Sua mãe, Francilene Pinheiro, também esteve presente na reunião com Beltrame.

Missa de um ano na Igreja Santa Rita

Na assembleia do dia 30 de julho, a mãe da policial convocou os manifestantes para missa de um



Ao lado de Zoraide, mãe de Ludmila, Beltrame relembra o caso no jornal

ano da morte de Ludmila, dia 4 de agosto, às 10h, na Igreja Santa Rita de Cássia, no Centro. Na ocasião, leite e fraldas geriátricas arrecadadas, serão distribuídas entre os moradores carentes da Favela Santa Lúcia, em Imbariê, próximo do local onde ocorreu o crime.

Campanha de Sindicalização em frente à chefia e nas delegacias

A campanha de sindicalização dos policiais civis prossegue em todo o Estado do Rio de Janeiro com visitas às delegacias de todos os municípios.

Em frente à sede da Polícia Civil, no Centro, o SINPOL está à disposição dos companheiros

com diretores e funcionários, em mesas e cadeiras, desde o dia 1º de agosto para fazer a sindicalização dos colegas policiais. Para se associar basta levar o último contracheque, identidade e duas fotos 3x4. A mensalidade é de apenas 20 reais.

Sinpol rejeita controle da polícia pelo MP

Resolução aprovada no início de junho pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) atribuindo a promotores e procuradores o poder de controle externo das polícias, foi rejeitado pelo Sinpol, OAB e outras associações classistas das polícias civil e militar. "Essa resolução contraria diversos dispositivos da Constituição Federal. Em vez de assumir novas atribuições, o MP deveria examinar com mais agilidade os inquéritos em seu poder" - criticou Bandeira, presidente do Sinpol. Para o

sindicalista, a investigação de crimes cometidos por policiais em serviço é atribuição das corregedorias e da polícia judiciária. O Sindicato está entrando com uma ação na Justiça pedindo a suspensão dos efeitos da resolução. "O Ministério Público tem que acompanhar os processos e, diante das provas colhidas pela polícia, oferecer denúncia ao judiciário", conclui Bandeira.

O desembargador Gustavo Leite, titular da Corregedoria Geral Unificada (CGU), também cri-

ticou a resolução do CNMP: "Essa decisão vai além do que diz a Constituição. É uma interferência direta na administração da repartição policial", rebateu o corregedor-geral das polícias do Rio. Já a Ordem dos Advogados do Brasil, ajuizou no dia 18/06, Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, no Supremo Tribunal Federal, contra a resolução que permite o Ministério Público controlar a atividade policial. (Essa matéria foi baseada em notícia publicada no jornal EXTRA do dia 3 de junho de 2007).

Sinpol cobra tíquete-refeição

O SINPOL mais uma vez está cobrando do governo o tíquete refeição dos policiais civis. Com atrasos que variam de um a dois meses, os policiais se sentem prejudicados com a desorganização na distribuição dos tíquetes. O Sindicato já enviou dois ofícios para a Chefia de Polícia Civil, reclamando

do não fornecimento do benefício, sem obter êxito.

Muitos associados têm ligado para o SINPOL pedindo medidas urgentes na regularização da entrega dos tíquetes. Várias mensagens foram também enviadas para o e-mail do Sindicato com o mesmo objetivo.



1



2



3



4



5



6

Mobilização, Fatos & Fotos

O SINPOL esteve presente em todas reuniões, assembléias e manifestações, dando apoio material e logístico ao pleito dos policiais civis, conforme mostra a reportagem fotográfica feita pelo Jornal do SINPOL. O Sindicato foi combativo e atuante, colaborando com a categoria em tudo que foi necessário para o bom desempenho do movimento reivindicatório.

Portanto, companheiros, **associem-se!**

Foto 1
Em janeiro, Sinpol pede empenho do Dr. Gilberto para o reescalamento

Foto 2
Na Acadepol, Sindicato e demais entidades elaboram pauta única, em fevereiro

Foto 3
Em maio, policiais fizeram passeata pelas ruas do Centro

Foto 4
Em maio também houve panfletagem no aeroporto Tom Jobim

Foto 5
Calçada da Chefia de Polícia foi palco de importantes assembléias

Foto 6
Policiais em greve denunciaram as péssimas condições do IML

Foto 7
O então candidato Sérgio Cabral passa recibo na pauta entregue por Bandeira, em setembro

Foto 8
Eleito governador, Cabral recebe Sindicato e associações no Palácio Laranjeiras, em março

Foto 9
Na grande passeata de 26 de junho mil policiais protestaram

Foto 10
Em 9 de julho, policiais decretam greve de 48 horas



7



8



9



10

Acadepol formou 1ª turma de comissário

O 1º Curso de Formação de Comissário foi iniciado em dezembro de 2006 com a participação de 100 inspetores e oficiais de cartório policial – classe comissário. No



1ª turma de comissário posa para o Sinpol

mês de agosto de 2007 uma nova turma prossegue o curso na Academia de Polícia Estadual Silvío Terra. Tem por objetivo capacitar os policiais para o exercício de suas atividades profissionais atualizando seus conhecimentos sobre as novas leis que entram em vigor. Fernando Bandeira, presidente do SINPOL, participou da 1ª turma. Os comissários serão os substitutos dos delegados em casos de emergência, ajudando ainda na orientação dos mais jovens.

A criação do cargo de comissário é uma antiga reivindicação dos inspetores e oficiais de cartório (1ª classe) em final de carreira. Cobrada pelo SINPOL ao governo do Estado nos últimos quatro anos, foi atendida em julho de 2004 pelo governo anterior.

Entretanto, com a implantação da lei 3.586 o percentual das duas categorias ficou nivelado com os antigos detetives e escreventes. Mudou-se apenas a nomenclatura. O novo cargo de comissário não acrescentou nada aos venci-



Flagrante da 2ª turma de comissário em sala de aula

mentos dos inspetores e oficiais de cartório em final de carreira.

Auxiliares e técnicos de necropsia reivindicam cargo de investigador

O SINPOL apóia a luta da recém-fundada Associação dos Auxiliares e Técnicos Policiais de Necropsia, que provisoriamente funciona nas dependências do Sindicato, cujo pleito é a transformação dos atuais cargos em investigador. Nada mais justo, já que a lei 3856 transformou em investigadores os antigos operadores de telecomunicações, motoristas policiais, fotógrafos e carcereiros. Pela proposta, que está sendo discutida na Alerj, o técnico policial de necropsia de 1ª, passaria para investigador

de 1ª; o técnico policial de necropsia de 2ª, para investigador de 2ª e o técnico policial de necropsia de 3ª, para investigador de 3ª. O auxiliar policial de necropsia de 1ª, ficaria como investigador de 4ª; o auxiliar policial de necropsia de 2ª, passaria para investigador de 5ª; e o auxiliar policial de necropsia de 3ª, para investigador de 6ª, completando o escalonamento da categoria. Dessa maneira o cargo de investigador passaria a ter seis classes, começando em 6ª indo até à 1ª.

CONVOCAÇÃO URGENTE DOS INVESTIGADORES EXCEDENTES

Consta na pauta de reivindicações do Sinpol, entregue ao governador em março e ao secretário de Gestão e Planejamento, em abril, a convocação imediata dos 1.200 candidatos excedentes ao cargo de investigador, em razão do baixo efetivo de apenas 10.300 policiais civis para todo o estado que tem uma população de cerca de 15 milhões de habitantes. O concurso foi realizado no dia 18 de fevereiro de 2006, com 250 vagas autorizadas pelo governo. Do total de 50.204 candidatos inscritos, apenas 2.024 foram aprovados (4,03% de aprovação).

O grupo de excedentes compreende um total de 1774 candidatos que foram aprovados no certame. Desse contingente, mais de 500 já desistiram. Cabe ressaltar que esse foi um dos mais difíceis concursos desta instituição, sendo a primeira prova anulada por fraude e a segunda realizada com forte esquema de segurança e vigilância policial. O SINPOL, diante da existência de vagas, vem lutando junto ao governo e MP para que nenhuma celeuma impeça os aprovados de serem nomeados e empossados.

Desconto de 30% em ótica para associados

O Centro de Optometria de Niterói, dirigido pelo oftalmologista Dr. Evandil Bandeira Júnior, concede desconto de até 30% aos associados do Sindicato. As consultas gratuitas e exames médicos de vista são realizados no Centro do Rio e em Niterói, na Clínica de Olhos Dr. Evandil Júnior. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, tanto no Rio como em Niterói.

Os policiais residentes no Rio devem se dirigir à Av. Marechal Câmara, nº 160, Grupos 309, 310 e 311; e os de Niterói e região, à Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500, grupos 710 e 711, no Centro.

Para ter direito ao benefício é necessário pegar o encaminhamento no Sindicato. No ato da consulta os residentes em Niterói e São Gonçalo devem apresentar a carteira de associado. Outras informações no Tel: 2224-9571.

PISO NACIONAL NÃO SUBSTITUI LEI ORGÂNICA

Há mais de um mês o governo Lula vem alardeando na imprensa que vai enviar ao Congresso um projeto de lei para estabelecer um piso nacional para as polícias. Representantes da Secretaria Nacional de Segurança já disseram, inclusive, que esse piso poderia ser de R\$ 1.600,00, proposta que foi rechaçada de pronto pela COBRAPOL e pelo SINPOL, na reunião de Brasília com o ministro da Justiça, e com base em deliberações tomadas em encontros realizados em várias regiões do país. Muitos estados já praticam esse piso e a tendência é que,

com esse valor, pouquíssimos policiais civis sejam beneficiados.

O governo Lula quer repetir com a polícia o que fez com o magistério, estabelecendo um piso nacional que funciona, na verdade, apenas como propaganda política nas regiões mais pobres, sem qualquer ganho real para a imensa maioria dos policiais brasileiros. A categoria reivindica a aprovação da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, que anda a passos de tartaruga no Congresso, respeitando-se a economia de cada região brasileira.

Jurídico tem êxito em ações

O escritório do Dr. Santos Louzado, que presta serviço ao Sindicato, atende individualmente os associados, sendo vitorioso em grande parte dos processos, o que fortalece o setor Jurídico, com o aumento da demanda. É o caso dos policiais que trabalhavam no "bico" e foram despedidos sem nada receber.

Os segmentos que mais procuram ajuda do jurídico são os aposentados e pensionistas que têm sido contemplados com ganho de causa na Justiça do Trabalho. O Sindicato também tem sido vitorioso em ações contra o governo do estado. O STF reconheceu o di-

reito dos policiais inativos de receberem a Geat e o abono de 42%, referentes ao período em que essas vantagens foram negadas. A decisão vale também para os policiais da ativa que se afastaram nesse período, e tiveram o benefício interrompido, por causa de férias, licença-médica, licença-prêmio ou disponibilidade.

Sempre que necessário o associado deve procurar o Sindicato na Rua da Glória nº 24, para atendimento jurídico nas seguintes especialidades: Civil, Criminal, Família e Trabalhista.

Associado tem 50% de desconto na ACM

O convênio firmado entre o Sinpol e a ACM - Associação Cristã de Moços/Lapa - garante aos policiais civis associados desconto de 50% nas mensalidades. Estão à disposição dos companheiros e seus dependentes as seguintes atividades esportivas e recreativas: Natação, Futsal, Voleibol, Hidroginástica, Ginástica localizada, entre outras. O horário das atividades é das 6h às 22h, de segunda a sexta, e aos sábados, das 6h às 13h.

Para oferecer melhor condicionamento físico e mental ao policial e sua família, o convênio foi implantado desde julho de 2003. Os associados interessados em ingressar na unidade Lapa da ACM, devem se dirigir à Rua da Glória nº 24, para ter direito ao desconto. Mais informações pelo telefone 2224-9571.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Glória, nº 24, - Glória - CEP 20241-180
Tel.: 2224-9571

IMPRESSO